

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM DIREITOS HUMANOS E POPULAÇÃO LGBT NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Azilton Ferreira Viana

Mestre em Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
azilton@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-5276-3048>

Maria Guiomar da Cunha Frota

Doutora em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
frotaquiomar@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-5323-1879>

RESUMO

O presente trabalho visa mapear e investigar a produção científica relativa a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) inserido na concepção teórica mais ampla sobre direitos humanos. O objetivo geral é mapear a produção científica nas universidades brasileiras. Os objetivos específicos assim se organizam: a) identificar as instituições que trabalham com a temática voltada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; b) identificar a formação dos pesquisadores que produzem sobre a temática. Para atingir os objetivos propostos será utilizada a análise bibliométrica nas teses e dissertações, com busca no repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, sob a tutela do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Os dados coletados e analisados indicam uma produção consistente relativa às questões e necessidades da população LGBT, a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. LGBT+. Bibliometria. Teses e dissertações.

BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF ACADEMIC PRODUCTION ON HUMAN RIGHTS AND LGBT POPULATION IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

ABSTRACT:

This paper aims to examine the objective conditions for the construction of a possible collective identity for the lesbian, gay, bisexual, transvestite and transgender segment based on the contributions of human rights in the national scenario to elucidate the issue. The general objective of this paper is to map the scientific production in universities. The specific objectives are organized as follows: a) to identify the institutions that work with the theme focused on lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals; b) identify the training of researchers who produce on the theme. To achieve the proposed objectives will be used bibliometric analysis in theses and dissertations with search in the repository of the Digital Library of Theses and Dissertations under the tutelage of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology. The data collected and analyzed indicate a consistent production regarding the issues and needs of the LGBT population, from the perspective of human rights.

keywords: Human Right. LGBT+. Bibliometrics. Theses and Dissertations.

Recebido em: 11/09/2022

Aceito em: 05/12/2022

Publicado em: 22/12/2022

1 INTRODUÇÃO

A população LGBT¹ é um dos grupos sociais com índice elevado de vulnerabilidade social, em que pese os avanços e conquistas alcançadas nos últimos anos. De acordo com o relatório de violência LGBT no Brasil os dados da violência e crimes decorrentes de orientação sexual e identidade de gênero ainda são preocupantes (GGB, 2020). Diante desse cenário, o Brasil ostenta o título de país que mais mata pessoas LGBT no mundo conforme estudos do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2020). Foi a constatação dessa preocupante realidade que motivou o presente trabalho.

Nessa direção pretende-se identificar a produção científica nas universidades brasileiras acerca dos direitos humanos em relação direta com os sujeitos que integram essa população composta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo. Espera-se compreender em que medida a produção científica e acadêmica aborda as demandas sociais da população LGBT.

Assiste-se atualmente a uma busca por respostas e caminhos que possam explicar e explicitar as confluências entre o discurso de constituição da população LGBT ao longo da história e a produção científica relativa ao tema.

No ensejo de responder à indagação formulada o objetivo geral do presente trabalho é mapear a produção científica nas universidades brasileiras. Os objetivos específicos assim se organizam: a) identificar as instituições que trabalham com a temática LGBT; b) identificar a formação dos pesquisadores que produzem sobre a temática.

Para atingir os objetivos propostos será utilizada a análise bibliométrica nas teses e dissertações com busca por meio de palavras-chave no repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sob a tutela do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Essa biblioteca tem como propósito publicar e difundir teses e dissertações produzidas no país e no exterior a fim de possibilitar maior visibilidade à produção científica nacional. (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA

¹ Os delegados representantes da sociedade civil presentes na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais realizada em Brasília no ano de 2016 decidiram entre seus participantes que a nomenclatura a ser utilizada em todo o território brasileiro seria LGBT, incluindo as pessoas intersexo que estariam representadas na letra T. Como a sociedade é dinâmica, as mudanças e inclusões refletem exatamente esse pluralismo social, contudo somente com a edição de uma nova conferência nacional LGBT para que movimentos sociais, ativistas, gestores, parlamentares, membros do poder judiciário se pronunciem quanto a inclusão de novas letras à sigla. Por isso mesmo optou-se por manter a orientação geral da conferência, uma vez que foi pactuada entre os diferentes movimentos sociais presentes à época.

E TECNOLOGIA, 2022, ONLINE).

A primeira parte do trabalho apresenta a motivação impulsionadora para realização da pesquisa, associada ao objetivo e a metodologia utilizada. O itinerário proposto no presente trabalho trata, na segunda parte, dos direitos humanos e a população LGBT, pois tem-se uma lacuna de uma década nessa temática devido, sobretudo, a ditadura civil militar no país.

De acordo com Simões e Facchini (2009) a partir da década de 1970 em muitos países no mundo, pessoas LGBT iniciaram processos de organização social. Contudo, no Brasil, em virtude da ditadura militar, os processos organizativos das pessoas LGBT foram contidos ou suprimidos pelo regime vigente que estabeleceu uma política de controle e vigilância permanente às pessoas consideradas perigosas ou suspeitas. A mesma percepção é defendida por Quinalha (2021). Esse fato pode explicar a demora da organização brasileira e demarcar a lacuna existente de quase uma década se comparada com o início da constituição do movimento LGBT organizado.

A terceira parte apresenta o mapeamento bibliométrico e por fim na quarta parte indicam-se algumas considerações finais.

A importância de realizar o levantamento proposto se liga ao fortalecimento e visibilidade das questões referentes à identidade de gênero e orientação sexual nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nas Instituições Federais de Ensino e, que entende-se que poderão contribuir com os estudos e pesquisas em desenvolvimento. O que poderá possibilitar a constituição de um acervo de trabalhos e estudos consolidados relativos às contribuições efetivas pertinentes a essa realidade social. Espera-se ainda que este estudo possa oferecer algumas contribuições às pesquisas e investigações que utilizam a Bibliometria como ferramenta metodológica e, conseqüentemente, para a ampliação do conhecimento científico expresso na produção científica, ao mapear a produção de trabalhos e pesquisas em direitos humanos e população LGBT.

A metodologia é parte essencial de toda e qualquer investigação, pois é ela que possibilita as condições objetivas da pesquisa e demonstra os resultados.

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa combina pesquisa bibliográfica em documentos, mais especificamente teses e dissertações, com pesquisa bibliométrica.

A pesquisa bibliométrica é a estratégia utilizada para mapear a produção científica relativa à população LGBT.

A escolha pela bibliometria, como ferramenta metodológica, está ligada ao fenômeno descrito por Souza e Oliveira (2007) no qual apontam o aumento em escala exponencial tanto da produção quanto do consumo de informação, o que passou a ser identificado como “boom” bibliográfico.

Na análise desses autores, a preocupação com o fenômeno informacional passou a orientar discussões em várias áreas do conhecimento, especialmente naquelas ligadas diretamente à produção e comunicação científica, tais como a biblioteconomia e ciência da informação.

Ao proporem essa reflexão, Souza e Oliveira (2007) estabelecem crítica aos limites e contribuições que a utilização da metodologia oferece ao pesquisador. Essa crítica possui lastro pela preponderância de seu aspecto quantitativo.

Numa outra concepção, Alvarenga (1998) lembra que apesar dessa realidade, existe um potencial no método bibliométrico ao permitir o desenvolvimento de investigações e estudos epistemológicos e arqueológicos de caráter regional, que contribuem com campos específicos do saber.

A relevância de publicação do resultado de pesquisas e investigações contribui diretamente para o desenvolvimento da ciência.

Face às variações e constituição de novas áreas de interesse, tem-se a compreensão dos limites das diferentes metodologias e das considerações dos teóricos aqui expostos. Contudo, a escolha do método bibliométrico deu-se em razão de ser uma ferramenta para a coleta de dados. Compreende-se que esse método pode ser um instrumento capaz de fornecer as respostas as indagações deste trabalho.

2 OS DIREITOS HUMANOS E A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA LGBT

Compreende-se que direitos humanos e cidadania LGBT é um tema fundamental para as modernas sociedades em processo de construção e consolidação da democracia.

A luta pela institucionalização dos direitos humanos no mundo foi marcada, em 1948, pela promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Importa salientar que a promulgação da declaração foi uma resposta efetiva às atrocidades perpetradas pelo nazismo em relação a grupos específicos da sociedade tais como: ciganos, judeus, homossexuais, negros.

A partir da constatação das atrocidades nazistas conforme apontado por Siqueira e Machado (2018) houve um movimento em busca de consolidar a noção de dignidade da pessoa humana. Para os autores, como para Piovesan (2005) e Santos (2010), essa necessidade permitiu uma nova perspectiva e uma nova compreensão acerca das noções de pluralismo e democracia, a partir de uma reflexão objetiva no campo do direito.

Nessa mesma direção construiu-se uma visão nova em relação aos direitos humanos no que se refere a seus aspectos de universalidade e indivisibilidade. Siqueira e Machado (2018) lembram que os direitos humanos devem garantir à proteção das pessoas contra atitudes e ações que interfiram em suas liberdades ou possam violar a dignidade humana.

Somadas às questões anteriores apresentadas pelos autores, as contribuições de Ribeiro e Frota (2017) revelam o dinamismo dos direitos fundamentais ao afirmar que os direitos humanos não apareceram ao mesmo tempo, mas em momentos históricos diferentes, de acordo com a necessidade presente nas sociedades em cada período histórico.

Em relação à terminologia, as referidas autoras indicam que, inicialmente, nos textos jurídicos e acadêmicos, foi adotado o termo gerações de direitos humanos. No entanto, esse termo não foi capaz de abarcar toda a complexidade social, pois com o surgimento de novas gerações não houve a substituição imediata da anterior pela atual. Em face dessa nova realidade, os pesquisadores, cientistas e acadêmicos passaram a utilizar o termo dimensão por compreender que não ocorre uma sucessão desses direitos, uma vez que todos coexistem. (RIBEIRO; FROTA, 2017).

Essa descrição apresentada pelas autoras já havia sido demonstrada por Santos (2010), em seu trabalho, ele especifica que a primeira dimensão dos direitos é marcada pelos direitos de liberdade. Em relação a segunda dimensão, prossegue o autor que essa é marcada pelos direitos sociais, coletivos, bem como os direitos econômicos: saúde, educação, lazer, trabalho, assistência social, entre outros.

No que tange à terceira dimensão é importante destacar que se refere aos direitos difusos como o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado, ao patrimônio comum da humanidade, entre outros. (SANTOS, 2010).

Já os direitos marcados pela quarta dimensão conforme o autor, são aqueles que se vinculam justamente aos direitos ligados ao pluralismo e à democracia, ou seja, o direito a

ser diferente, à informação, à pluralidade em seus mais diversos aspectos, ao respeito das minorias, entre outros. Adotando com referência as dimensões dos direitos humanos, o foco principal desse artigo é dado à quarta dimensão, na qual se inscreve a população LGBT.

A partir da descrição apresentada pelo autor pode-se depreender porque é nessa quarta dimensão que se enquadra a população LGBT, uma vez que o direito ao pluralismo é elemento balizador para esses sujeitos. No entendimento do autor, [...] afirmar a quarta geração dos direitos fundamentais é afirmar, antes de tudo, que o Estado deve abster-se das discriminações arbitrárias, bem como criar mecanismos de proteção e afirmação dessas minorias. (SANTOS, 2010, p.82).

Especificar essa quarta dimensão é ainda refletir sobre as contribuições de Siqueira e Machado (2018) no que diz respeito ao caráter protetivo para as minorias como negros, mulheres, pessoas com deficiência. Essa proteção alcançada pela via institucional por esses grupos minoritários por meio de legislações específicas não se estendeu as questões relativas à orientação sexual e identidade de gênero, contudo é importante salientar que a promulgação de legislação não se traduz em proteção efetiva automaticamente. Há um longo caminho no qual a conscientização da população é apenas o primeiro passo.

As questões relativas à orientação sexual e ao gênero só foram incorporadas no domínio dos direitos humanos a partir de 1994, com uma declaração proferida pelo Comitê Internacional de Direitos Civis e Políticos, ao considerar que as leis da Austrália violavam os direitos LGBT,

ante o julgamento do caso *Toonen v. Austrália*, que criminalizavam a prática homossexual foi que o “Comitê Internacional de Direitos Civis e Políticos” (ICCPR) vinculado ao Conselho de Direitos Humanos declarou que leis que violem os direitos LGBT+ violam as Leis de direitos Humanos.” (SIQUEIRA; MACHADO, 2018, p. 174).

Os autores lembram que combater o preconceito² e a discriminação é possibilitar a plena execução dos direitos humanos, pois atualmente com as tecnologias, o preconceito e discriminação ocorrem sistematicamente nas redes sociais. Nessa direção, preconceito e discriminação geram novas formas de violação de direitos e mesmo sua supressão.

² De acordo com os autores o preconceito é uma opinião que se forma de outras pessoas antes mesmo de aprofundar relações ou conhecê-las. Trata-se, portanto, de um julgamento prévio e superficial em relação às pessoas (SIQUEIRA; MACHADO, 2018, p.182).

Ainda hoje no Brasil homossexuais, transexuais, lésbicas, travestis que revelam, seja, sua orientação sexual ou identidade de gênero continuam a serem vítimas da ignorância e do preconceito.

Buscar incorporar as possíveis relações existentes entre elementos tão vastos e complexos como a noção de direitos humanos e a população LGBT apresenta desafios e limites que se estendem desde as questões teóricas e de semântica quanto objetivas em relação à sua origem e consolidação.

2.1 Os direitos humanos e o surgimento do movimento LGBT no Brasil

Grandes mudanças sociais na Europa e Estados Unidos e, posteriormente, no Brasil, possibilitaram o surgimento de movimentos organizados na defesa de grupos historicamente discriminados, além de populações invisibilizadas que iniciaram sua busca por reconhecimento e cidadania num período de grande ebulição social.

Segundo os autores, o Levante de Stonewall³ Inn influenciou nas transformações consolidadas em diferentes países, além de refletir e reverberar a atuação coletiva em escala global, pois essas transformações atuaram na modificação da percepção das pessoas em relação a elas próprias e ao mundo que as circunda. Pode-se afirmar que houve uma evolução e a passagem da atuação individual para a coletiva que teve lugar na sociedade num momento histórico de repressão patrocinado pela ditadura civil militar no Brasil.

Nessa conjuntura marcada pela supressão das liberdades individuais e coletivas, as manifestações sociais contrárias à repressão forneceram os fundamentos para uma organização, que favoreceu a aproximação de diferentes grupos sociais na luta por direitos.

Dentre esses grupos destacaram-se os movimentos feminista e negro. Esses dois movimentos, foram os antecessores à constituição do movimento LGBT e influenciaram sua criação e desenvolvimento organizacional.

De acordo com Conde (2004), e Facchini (2002), Mott (2006) e Simões e Facchini

³ De acordo com Simões e Facchini (2009, p. 45) na cena homossexual, um evento explosivo passou a marcar essa virada. Na noite de 28 de junho de 1969, uma tentativa da polícia de Nova York de interditar o bar Stonewall inn, situado na Christopher Street, [...] deparou-se com a reação irritada dos próprios frequentadores da área, que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais. [...] De fato, não foi um acontecimento espetacular isolado, mas sinalizava uma mudança mais geral nas vivências de boa parte das populações de homens e mulheres homossexuais, no sentido de tornar visível e motivo de orgulho o que até então tinha sido fonte de vergonha e perturbação e deveria ser mantido na clandestinidade. Em conformidade com as informações dos autores, percebe-se que o surgimento das paradas visava responder à necessidade de respeito, resistência e combate à hostilidade e à opressão. Nos primeiros anos ficaram conhecidas como paradas *gays*.

(2009), a luta por visibilidade iniciada pelo movimento gay nos Estados Unidos exerceu influência na organização inicial da população no Brasil. Em seus trabalhos os autores mencionam que o Levante de Stonewall constituiu-se como um elemento que forneceu as condições sociais e organizativas para o surgimento do chamado “movimento homossexual”⁴ em meio à ditadura civil militar brasileira.

Nesse sentido, Conde (2004), Facchini (2002) e Simões e Facchini (2009) indicam que a população LGBT inicia seu processo organizativo a partir da década de 1970, com a criação do grupo Somos em São Paulo e o lançamento do jornal Lampião da Esquina⁵. Esse periódico era elaborado por pessoas LGBT que discutia as principais questões e necessidades da referida população, como afirmado anteriormente, em razão da ditadura militar que atuou fortemente na repressão de quaisquer formas de manifestações sociais ou políticas.

Vale ressaltar a afirmação de Quinalha (2021, p. 4), em relação à Revista Lampião e seu corpo editorial que escrevia sobre temas polêmicos, proibidos e sensíveis: “além de criticar politicamente o regime, o jornal trazia uma proposta nova de integrar-se as lutas democráticas com uma agenda de minorias marginalizadas, até então, dentro do próprio campo oposicionista”, o que logo despertou atenção dos órgãos de informação que monitoravam constantemente a imprensa.

Os autores Conde (2004), Facchini (2002), Almeida (2009) e Simões e Facchini (2009), indicam o início do movimento LGBT com o surgimento do primeiro grupo organizado no Brasil na cidade de São Paulo, em 1979. O grupo escolheu como denominação oficial o nome de “Grupo Somos”, numa alusão à afirmação positiva da identidade homossexual.

Na percepção de Facchini (2002), Conde (2004) e Molina (2011) as contribuições em relação ao surgimento do movimento LGBT no Brasil estão vinculadas diretamente às lutas e conquistas de população sociais consideradas como vulneráveis, pois alcançaram

⁴ Simões e Facchini (2009, p. 80) apontam as mudanças sociais como elemento aglutinador para a construção do movimento homossexual numa esfera política incipiente. Essa esfera trouxe uma nova maneira de construção coletiva. O fragmento a seguir demonstra o enunciado ao postular que “O arco de expressões e identificações de homossexualidades havia se expandido e se diversificado em meio a um período fervilhante de mudanças sociais e inovações culturais, que culminariam no grande movimento de contestação do regime militar e abririam caminho, também, para a expressão de um movimento político homossexual que entrava em cena, em 1978” [...].

⁵ “Os relatos sobre o aparecimento do Lampião são recorrentes em associá-lo à visita que o ativista gay norte-americano Winston Leyland fez ao Brasil, em 1977” (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 82). O que demonstra a influência de movimentos e manifestações de outros países para a consolidação do movimento brasileiro.

visibilidade e passaram a intervir na arena política.

Essa intervenção permitiu o surgimento de novos atores sociais que passaram a atuar no debate público e, conseqüentemente, estabeleceu uma forma nova de interação entre os sujeitos demandantes das políticas públicas e seus representantes nas diferentes esferas da gestão pública, seja em âmbito do executivo, do judiciário e do legislativo.

Facchini (2002), Conde (2004) e Mott (2006) concordam que a visibilidade alcançada pela população LGBT por meio das entidades e Organizações Não Governamentais (ONG) como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) foi um instrumento social fundamental para a consecução de alguns direitos coletivos, pois, por intermédio das conquistas alcançadas, estabeleceu-se uma nova percepção em relação a esses novos sujeitos, seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Lamentavelmente destaca-se que não existem dados oficiais organizados sobre a população LGBT. Todas as informações e dados produzidos e utilizados foram recolhidos ou produzidos pelos movimentos sociais, como o GGB e a ANTRA.

2.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada na BDTD/IBICT. A referida base de dados foi escolhida porque reúne um acervo de 766.926 documentos, teses e dissertações advindas de 130 instituições de ensino superior, entre públicas e privadas, em todo o território nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2022, ONLINE).

Para construção do presente estudo partiu-se da utilização de cinco termos de busca mais usados e conhecidos pela sociedade sobre a temática LGBT, a saber: lésbica; gay; LGBT; travesti; transexual.

Além dessas, foi incorporada a palavra homossexualidade por ser esse o termo utilizado após a Organização Mundial de Saúde retirar da CID-10⁶ o termo homossexualismo. (MINAS GERAIS, CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, 2022, ONLINE).

A escolha dessas palavras-chave tem ligação direta com a pesquisa realizada

⁶ Classificação Internacional de Doenças.

durante o mestrado⁷ e possibilita um aprofundamento das questões da investigação anterior ampliando seu escopo no intuito de se verificar, desse modo, possíveis relações entre a defesa dos direitos humanos e a população LGBT.

As palavras-chave foram utilizadas nos campos de busca “título”, “assunto” da base BDTD/IBICT. No entanto, no levantamento dos dados da presente pesquisa, ressalta-se que houve uma redução da recuperação de documentos por não haver a opção resumo no campo de buscas do repositório. É necessário registrar essa limitação da estrutura de metadados na BDTD/IBICT, pois se houvesse essa outra opção no campo de buscas permitiria assim a ampliação das recuperações.

A busca foi realizada no período de março a julho de 2020. O termo LGBT apareceu com maior quantidade de documentos e na maioria dos trabalhos, seja no título ou no assunto das teses e das dissertações, e correspondeu a 65% das teses e dissertações recuperadas. Essa é a razão para a apresentação do termo com mais destaque que os outros.

Os demais termos de busca recuperaram outros documentos, mas para a elaboração do presente artigo foram utilizados aqueles vinculados ao termo LGBT. O que será demonstrado na análise dos dados e nos resultados.

Ao utilizar essa palavra-chave buscou-se verificar nos programas de pós-graduação a inserção da temática no campo dos direitos humanos. Ao proceder com essa observação, as recuperações de teses e dissertações se concentraram em duas grandes áreas do conhecimento. A primeira delas foi nas ciências humanas com destaque para Psicologia, História e Pedagogia e em relação às ciências sociais aplicadas merecem destaque Ciências Sociais, Direito, Ciência da Informação, e Serviço Social⁸.

O universo da pesquisa constituiu-se dos Programas de Pós-Graduação das diferentes instituições de ensino superior, a partir da literatura cinzenta, por meio de teses e dissertações em relação à temática LGBT nos diferentes territórios do país. Assim, buscou-se identificar os programas por meio da base BDTD/IBICT, no intuito de elencar aqueles que mais apresentassem produção sobre a temática.

Após recuperar e fazer o download das publicações disponíveis online na

⁷ VIANA, Azilton Ferreira. A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

⁸ Descrição de acordo com o quadro de áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

BDTD/IBICT foi realizada leitura dos resumos de todos os trabalhos para identificar e selecionar aquelas significativas para o estudo.

A análise de dados dos documentos foi realizada a partir da leitura dos resumos de todos os trabalhos. Houve recuperação de um total de 75 documentos entre teses e dissertações. Inobstante de possuírem a sigla LGBT no resumo, em algumas teses e dissertações a temática não era o principal assunto, permanecendo apenas como algo adjacente ou constando apenas de mera citação.

Após a busca inicial e coleta de documentos no repositório da BDTD do IBICT, foram aplicados os critérios de exclusão: 1 – o documento que contivesse no título ou resumo algumas das palavras-chave utilizadas, mas que a temática LGBT fosse apenas uma descrição foi excluído; 2 – Aqueles trabalhos pontuais seja tese ou dissertação únicos do programa também foram eliminados porque não houve continuidade da investigação, mas apenas uma questão singular ou de interesse específico do pesquisador. Ressalta-se que a exclusão foi definida a partir da constatação da existência dos dois critérios em cada documento analisado.

A partir dos critérios de exclusão acima relacionados, foram descartados 11 documentos. Cabe esclarecer ainda que não foi estabelecido um recorte temporal no processo de busca, mas as produções encontradas foram de 1999 a 2019.

2.3 Apresentação dos Resultados

Nesta parte serão apresentados os resultados, bem como as análises dos registros dos dados bibliográficos obtidos junto à BDTD/IBICT.

O presente trabalho é fruto de pesquisa inicial de coleta de dados para doutorado, em curso, que tratará da relação entre direitos humanos e população LGBT, na produção de teses e dissertações acerca da temática. Assim, constituem-se dos primeiros resultados de elementos que poderão permitir o desenvolvimento de uma pesquisa que se espera que seja mais consistente e profunda.

A partir desses critérios, o total inicial de documentos foi de 75 itens. Ao se realizar a análise desses totais documentos selecionados, dois trabalhos foram descartados, pois um mesmo trabalho foi recuperado em duplicidade e outro não era uma tese ou dissertação e sim um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Por isso houve redução

para 73 documentos. Utilizando os critérios de exclusão foram desconsiderados 11 documentos. Com a utilização desse critério de exclusão o total geral passou a ser de 62 documentos.

No quadro 2 é apresentado o quantitativo de teses e dissertações analisadas.

QUADRO 1 – distribuição de percentual das teses e dissertações

PERÍODO	DOCUMENTO	QUANTIDADE	PERCENTUAL (%)
2004 a 2019	TESE	20	32%
2004 a 2019	DISSERTAÇÃO	42	68%
TOTAL		62	100%

FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

A análise dos dados iniciais refere-se ao recorte temporal no qual houve a produção de teses e dissertações e o quantitativo de documentos. Houve pequena variação da produção das teses em relação às dissertações o que pode ser explicado pela diferença no prazo de defesa de cada uma. Nota-se que a maior produção se concentra nas dissertações. Esse fato pode ser compreendido porque as pesquisas e investigações realizadas nas dissertações⁹ possibilitam uma verificação mais ampla acerca do objeto estudado. A diferença temporal relativa às teses¹⁰ revela a exigência de uma contribuição mais consistente e aprofundada o que demanda mais tempo no processo de elaboração e finalização do trabalho científico.

É possível perceber que a temática tem ocupado espaço na produção científica das universidades levando-se em consideração o recorte temporal verificado a partir de um único termo de busca. Além disso, infere-se que a temática ganha visibilidade a partir da organização dos movimentos sociais que evocam a representação da população LGBT, sobretudo, a partir das conferências nacionais de políticas públicas que se dão nesse período.

Na tabela 1 é apresentada a distribuição da produção de teses e dissertações por instituições de ensino.

⁹ Na concepção de Campello (2007), a dissertação é o documento cujo resultado ou produto volta-se para a qualificação em nível de mestrado, com a exigência que a pesquisa comprove a capacidade de sistematização e domínio do tema proposto, bem como, a utilização de metodologia científica adequada para obtenção dos resultados.

¹⁰ De acordo com Severino (2007, p. 221) “a tese de doutorado é considerada o tipo mais representativo do trabalho científico monográfico. Trata-se da abordagem de um único tema, que exige pesquisa própria da área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos”.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES POR INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	TESE	DISSERTAÇÃO	TOTAL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	3	8	11
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	3	3	6
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	0	6	6
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2	3	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2	3	5
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	2	2	4
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO	2	2	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1	3	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	2	2	4
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	2	1	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	1	2	3
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - JÚLIO DE MESQUITA FILHO	0	3	3
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	0	2	2
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	0	2	2
TOTAL	20	42	62

FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

Na tabela pode-se notar que a produção científica se encontra concentrada em duas regiões do território brasileiro a saber, a região Sudeste com 21 documentos e a região Nordeste com 19 documentos. Essas duas regiões juntas são responsáveis por 65% de toda a produção, ou seja, 40 documentos.

Em seguida vem a região Centro-Oeste com 14 documentos. Isso equivale a 23% do total geral. Essas três regiões juntas são responsáveis por 54 documentos, o equivalente a 78% do total.

As regiões com menor percentual são Sul com cinco documentos, ou seja, 8% do total e a região Norte com três documentos, o equivalente a 5% do total.

Importante destacar que a dispersão da produção se concentra nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

As três primeiras universidades juntas são responsáveis por 38,10% do total apresentado, ou seja, 23 documentos. Merece menção que tanto a Universidade de Brasília (UnB) quanto a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) possuem programas de pós-graduação em direitos humanos. Na UnB existe o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. No que se refere a UFPE, o Programa de

Pós-Graduação é em Direitos Humanos. Em Relação a USP, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social possui contribuição direta sobre a temática.

A maior produção das universidades em termos quantitativos indica que aquelas nas quais existem programas de pós-graduação diretamente voltados para os direitos humanos contribuem para o desenvolvimento de pesquisas relativas às temáticas difusas, na qual se insere a população LGBT.

Destaca-se que no presente artigo não se apresenta a relação das teses e dissertações recortadas em razão da quantidade e dos elementos essenciais a sua afiliação, autoria, título, ano, dentre outros aspectos.

Na sequência, no gráfico 1, analisa-se a formação dos pesquisadores/orientadores das produções sobre a temática LGBT.

GRÁFICO 1 – Quadro de formação dos pesquisadores/orientadores



FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

No gráfico pode-se perceber áreas de formação dos pesquisadores/orientadores num total de 19. Nota-se que há uma diferença entre o número de pesquisadores informados que é de 60 e o número do gráfico.

Essa diferença se explica porque alguns pesquisadores possuem mais de uma graduação, e essa segunda graduação foi incorporada ao quantitativo, o que elevou o total geral para 66.

No que se refere às formações dos pesquisadores/orientadores, a maioria possui graduação em Ciências Sociais num total de 18. A segunda, em quantidade, é a Psicologia com oito. Na sequência vem Letras e Direito com cinco, cada uma. Essas quatro áreas de formação juntas são responsáveis por 55% de todo o total. As demais áreas são responsáveis por 45%. Constata-se a dispersão pois 15 áreas de formação juntas não conseguiram atingir 50% do total.

Por estar vinculada à formação inicial do pesquisador, essa dispersão revela um amplo espectro no processo formativo dos pesquisadores tornando diverso e plural o desenvolvimento de pesquisas e investigações. Há uma preponderância das áreas ligadas à formação humana.

A tabela 2 apresenta a formação dos pesquisadores em relação à pós-graduação em nível de doutorado.

TABELA 2 – Áreas de doutorado dos pesquisadores/orientadores

AREA	QUANTIDADE
Administração	1
Antropologia	6
Ciência comunicação	2
Ciência da informação	3
Ciência Política	6
Ciências da Saúde	1
Ciências Sociais	3
Comunicação	1
Direito	4
Educação	7
Filosofia	1
Geografia	2
Linguística	2
Psicologia	5
Saúde Coletiva	1
Serviço Social	1
Sociologia	9
TOTAL	55

FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

Foram encontrados 60 pesquisadores/orientadores que contribuíram para a referida produção. Há uma diferença entre o quantitativo do número total de pesquisadores/orientadores e o dado da Tabela 2, pois cinco pesquisadores/orientadores possuem doutorado em instituições do exterior e não há correspondência direta dos estudos desenvolvidos com a Tabela de áreas do conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por isso, esses cinco pesquisadores não foram incluídos.

Por utilizar os dados absolutos tem-se compreensão direta dos dados, todavia torna-se insuficiente para explicar a realidade. Decorre daí a utilização de percentuais para explicitar a análise aqui realizada. Assim como a graduação, as áreas de pós-graduação possuem maior relevância nas Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Ao somar as duas áreas tem-se um valor percentual de 92,72% do total. Os outros 7,28% ficam com as áreas de Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes, ambas com dois pesquisadores cada.

As Ciências Humanas possuem 65,45% do total, o que significa dizer que são 36 pesquisadores. Nas Ciências Sociais Aplicadas o percentual é de 27,27%, ou seja, 15 pesquisadores¹¹.

No intuito de responder à pergunta formulada é preciso verificar como a Ciência da Informação tem investigado tais questões. Assim, pode-se citar alguns trabalhos similares desenvolvidos por autores como Fonseca (1999) e Furtado e Silva (2019) que buscam conectar os direitos humanos, o papel do profissional arquivista e as questões de acesso e publicidade de informações. Essas pesquisas revelam o interesse da área em estudos que envolvem aspectos dos direitos humanos no fortalecimento da construção do próprio campo da Ciência da Informação que ainda está em constante evolução.

Outro elemento importante pode ser identificado no trabalho de Barreto Júnior, Margato e Queiroz (2014), da área do direito, que apresentaram trabalho em relação aos direitos humanos e a sociedade da informação. O trabalho visa demonstrar a eficácia dos direitos humanos na sociedade da informação. Pode-se perceber o diálogo entre a Ciência da Informação e o Direito, desvelando a possibilidade e emergência de pesquisas que aprofundem ainda mais a compreensão dos direitos humanos e setores socialmente

¹¹ A análise das especificidades por áreas do conhecimento ao problematizar a questão LGBT foge ao escopo do presente artigo. Trata-se de um aspecto interessante para pesquisas ou estudos futuros. Sobre essa problemática ver Gomes (2016), Souza Junior (2011), e Oliveira (2014).

vulneráveis como é a população LGBT.

Esse aspecto reforça e permite o desenvolvimento de pesquisas como a proposta neste trabalho, pois outras áreas de conhecimento começaram a estabelecer conexões e possibilidades de atuação conjunta na perspectiva de fortalecimento dos campos do conhecimento. Essa foi a premissa motivadora do presente trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo são preliminares e fruto da pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). Os primeiros dados consolidados da pesquisa indicam que há uma dispersão nos trabalhos desenvolvidos em todas as regiões do país, com concentração, sobretudo, nas regiões sudeste, centro-oeste e nordeste.

A constatação de existência de programas de direitos humanos na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) explica a produção constante relativa à diversidade expressa nos trabalhos analisados.

Dessa percepção surgiu a necessidade de buscar uma relação entre direitos humanos e população LGBT, pois ainda são poucos os trabalhos e pesquisas que visam associar as especificidades do movimento social organizado LGBT e como essas demandas são desenvolvidas no âmbito desse campo de investigação que considera-se amplo.

Os dados coletados e analisados indicam haver uma movimentação em direção a uma construção coletiva a partir das questões de identidade de gênero e orientação sexual na lógica de desenvolver ferramentas acessíveis aos sujeitos LGBT.

Essa constatação refere-se a própria construção das pesquisas que, em sua maioria, analisaram os componentes sociais seja das formas de organização do movimento social, seja dos sujeitos em relação às situações de violências e violações de direitos.

Buscar a ligação entre direitos humanos e a população LGBT, num primeiro momento, pode parecer algo irreconciliável pois esses dois termos possuem uma polissemia de conteúdo e de significados muito grande entre pesquisadores, teóricos e autores.

A possibilidade reside justamente na fluidez e no movimento constante que a sociedade realiza para atualizar as percepções subjetivas sobre si mesma, ao mesmo

tempo em que reorganiza em seu cerne as contribuições e as vivências trazidas pelos sujeitos em seus diferentes e plurais espaços de fala, de ser e existir. Há um longo caminhar para que a resposta seja fornecida.

Nesse artigo vislumbrou-se que pesquisadores e universidades têm muito a contribuir e oferecer na lógica de uma construção que não seja ponto de chegada, mas de partida, pois a perspectiva de reconhecimento da identidade para a população LGBT passa, necessariamente, pela compreensão de que esses atores sociais são sujeitos de direitos e devem estar representados também na produção científica.

Espera-se que este trabalho contribua para que novas pesquisas e investigações alcancem novos patamares e possam auxiliar na garantia de cidadania, pois enquanto não houver essa garantia não se pode falar ou mesmo pensar em identidade, afinal como o sujeito pode se reconhecer enquanto tal se sequer tem direitos? Esse é o paradoxo que exige uma resposta e que pode suscitar novas pesquisas no campo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de. **A diversidade entra na escola: história de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero**. 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico metodológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 253-261, maio/ago. 1998.

BARRETO JUNIOR, Irineu. Francisco; MARGATO, Luís Roberto Soares; QUEIROZ, Maurício Veloso. Eficácia dos direitos humanos na sociedade da informação. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, v. 7, n. 01, 15 set. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/5806>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Teses de dissertações. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz. Valadares.; KREMER, Jeannette. Marguerite. (org.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 121-128.

CONDE, Michele. Cunha. Franco. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 2004. 350 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 1 ago. 2018.

FONSECA, Maria. Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, 1999. DOI: 10.18225/ci.inf..v28i2.845. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/845>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FROTA, Maira Guiomar da Cunha. Memória e produção social da informação em direitos

humanos: uma perspectiva latino-americana. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp, p. 162-175. Jan./Mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3900/2234>. Acesso em: 05 maio 2021.

FURTADO, Renata Lira, SILVA, Victor Martins da. O papel do arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da competência em informação. **Convergências em Ciência da Informação**, Aracajú, v. 2, n. 2, p. 23 a 43. maio/ago.2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/11782>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GOMES, José Cleudo. **Direitos humanos, educação e cidadania LGBT**: uma análise das ações do programa Brasil sem homofobia em João Pessoa/PB. João Pessoa. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca digital de teses e dissertações**. 2022. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 25 set. 2022.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências Humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MINAS GERAIS, **Conselho Estadual de Saúde**, 2022. Disponível em: <http://ces.saude.mg.gov.br/?p=5210>. Acesso em: 10 out. 2022.

MOLINA, Luana Pagano Peres. Pluralizando a arte de amar: a homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, Londrina: v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011.

MOTT, Luiz. Homo afetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio/ago. 2006.

OLIVEIRA, Cleide Estes de. **Discursos, homofobia e políticas de direitos humanos**. João Pessoa. 2014. 166 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. MOTT, Luiz. (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, Jan./Abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2019.

QUINALHA, Renan. Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, n. 61, e 216104, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610004>. Acesso em: 23 jan. 2022.

RIBEIRO, Ana Cláudia. **A produção científica em direitos humanos nos países do sul global**: uma análise bibliométrica e cientométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos. Belo Horizonte, 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

RIBEIRO, Ana Cláudia. FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A produção científica em direitos humanos nos países do Sul global: análise bibliométrica e cientométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônico**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/222/1128>. Acesso em 10 fev. 2019.

SANTOS, Leonardo Fernandes dos. Quarta Geração/dimensão dos direitos fundamentais:

pluralismo, democracia e o direito de ser diferente. **Revista Direito Público**, Maringá, v. 8, n. 35, p. 66-83, set./out. 2010. Disponível em <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1826/1009>. Acesso em 22 jul. 2019.

SEVERINO, Antônio. Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007, 304p.

SIMÕES, Júlio. Assis.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT+**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIQUEIRA, Dirceu. Pereira; MACHADO, Robson. Aparecido. A proteção dos direitos humanos LGBT+ e os princípios consagrados contra a discriminação atentatória. **Revista Direitos Humanos e democracia**, Ijuí, v. 6, n. 11, p. 167-201, jan./jun. 2018.

SOUZA, Edivanio Duarte de; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. A análise documentária no Grupo Temma: dos indícios às evidências da formação de unidades discursivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 74-84, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200008. Acesso em: 22 out. 2020.

SOUZA JUNIOR, Samuel Luiz de. **Direitos sexuais e políticas públicas: o combate à discriminação para a concretização dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no estado do Pará**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.